Revista Tecnologia e Sociedade
ISSN: 1984-3526

https://periodicos.utfpr.edu.br/rts

Desenvolvimento regional e organização social a partir das populações subalternizadas no Brasil[1] [2]

Anielle Gonçalves de Oliveira
Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI, Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil
anielleg20@unidavi.edu.br

Daniel Rodrigo Strelow
Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI, Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil
danielstrelow@unidavi.edu.br

Ivo Marcos Theis
Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil
Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil
theis@furb.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar como as formas de organização das populações subalternizadas, mais afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento, pode contribuir para a construção de formas alternativas de organização social. O estudo centra-se no exame das contradições inerentes às experiências hegemônicas de desenvolvimento, inerentes ao processo de acumulação capitalista, na exploração da natureza e dos seres humanos. Para tanto, recorre-se à dialética. A partir de uma revisão bibliográfica, procedeu-se à análise dos dados extraídos do Mapa de Conflitos. As formas de resistência das populações que mais sofrem com o processo de desenvolvimento capitalista podem oferecer caminhos de maior autonomia e autodeterminação social à medida que negam a realidade marcada pela exploração de seres humanos e da natureza e criam novas formas de organização social. As formas de resistência desses grupos sociais oferecem subsídios que indicam que um outro mundo é possível.

PALAVRAS-CHAVE: Autodeterminação social. Brasil. Desenvolvimento regional. Futuros alternativos. Populações subalternizadas.

INTRODUÇÃO

As experiências hegemônicas de desenvolvimento têm como base o processo contínuo de acumulação de capital, o que resulta na exploração da natureza e dos seres humanos. O paradigma dominante marginaliza as populações mais afetadas por esse processo e perpetua as desigualdades socioespaciais (Theis et al., 2017). Dentre os grupos sociais que mais sofrem estão os povos indígenas, os quilombolas, os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores urbanos precarizados, entre outros.

Como destaca Holloway (2003, p. 83), o desenvolvimento capitalista se caracteriza pela "objetivização do sujeito e [a] subjetivação do objeto: as coisas (o dinheiro, o capital, as máquinas) se convertem em sujeitos da sociedade, as pessoas (os trabalhadores) se convertem em objetos." Isso favorece o processo de acumulação de capital e a consequente espoliação dos seres humanos e da natureza. Daí se questionar as experiências hegemônicas de desenvolvimento e se conferir atenção a novas formas de organização social. O que pode auxiliar é justamente buscar compreender as práticas sociais das populações subalternizadas e suas formas de resistência. E este é o objetivo do artigo: analisar como as formas de organização das populações subalternizadas, mais afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento, podem contribuir para a construção de modos alternativos de organização social.

O artigo é estruturado como segue: após esta introdução, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. Na sequência, discutem-se as experiências hegemônicas de desenvolvimento, enfatizando suas contradições. A seção seguinte analisa as populações mais afetadas por esse processo, destacando os impactos sociais e ambientais que recaem de modo desigual sobre elas. Em seguida, abordam-se as formas de resistência construídas por essas populações, evidenciando suas práticas e estratégias de enfrentamento. A sexta seção explora as possibilidades de construção de alternativas baseadas na autonomia e autodeterminação social. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa e reforçam a importância de valorizar as práticas das populações subalternizadas na construção de futuros alternativos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseou-se na perspectiva dialética, escolhida por sua capacidade de analisar as contradições presentes no desenvolvimento capitalista. Essa abordagem permite compreender como as tensões entre capital e trabalho, desenvolvimento e marginalização geram resistência e possibilidades de transformação social, indo além da simples descrição dos fenômenos (Berger; Luckmann, 1985; Bhaskar, 2008; Cleaver 2017; Kosik, 2002). A partir de uma revisão bibliográfica, procedeu-se à análise dos dados extraídos do "Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil", que foi uma ferramenta central para identificar e sistematizar os conflitos socioambientais, evidenciando as demandas das populações subalternizadas e suas estratégias de resistência.

A revisão bibliográfica abrangeu autores clássicos e contemporâneos que discutem o desenvolvimento regional sob uma perspectiva crítica, permitindo uma abordagem teórico-metodológica sólida sobre os processos de acumulação de capital e as formas de resistência e transformação social (Fals Borda, 2009). A

análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, com destaque para a identificação dos grupos sociais mais afetados pelos conflitos – povos originários, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares, entre outros – e a compreensão das dinâmicas socioespaciais que envolvem tais conflitos.

O estudo se valeu da sistematização e interpretação dos registros presentes no Mapa de Conflitos entre os anos de 2010 e 2024, o que possibilitou uma melhor compreensão da reprodução da lógica capitalista no território brasileiro e das respostas das populações subalternizadas. Assim, a metodologia adotada buscou articular teoria crítica e análise empírica dos dados, com o objetivo de compreender como as práticas de resistência podem indicar caminhos de autonomia e autodeterminação social.

AS EXPERIÊNCIAS HEGEMÔNICAS DE DESENVOLVIMENTO E SUAS CONTRADIÇÕES

Já é consenso entre os pesquisadores em desenvolvimento regional que, ao se tratar de desenvolvimento, é importante observar certos requisitos. Por exemplo, desenvolvimento e crescimento são conceitos distintos: o primeiro aponta para a qualidade de vida da população, enquanto o segundo se limita ao crescimento econômico (Theis, 2008). No entanto, ao se examinar a realidade social, emerge a questão: estamos realmente alcançando qualidade de vida? Se revisarmos o conceito de desenvolvimento e nos questionarmos qual concepção deveríamos adotar ao abordar desenvolvimento regional, algumas considerações precisam ser feitas.

Historicamente, diversos teóricos exploraram a noção de desenvolvimento. No século XVII, a preocupação era com o progresso iluminista. A partir da Revolução Industrial, falar-se-ia em acumulação de capital e crescimento da riqueza. Mais tarde, economistas keynesianos relacionariam desenvolvimento a crescimento econômico. A escola cepalina, incluindo Celso Furtado, valer-se-ia do conceito de subdesenvolvimento, pelo qual traduzia a penetração de unidades produtivas capitalistas em contextos pré-capitalistas, desafiando a visão linear de desenvolvimento proposta por W. W. Rostow.

A partir daí, com problemas sociais crescentes (pobreza, miséria, fome), o capitalismo passou a ser cada vez mais criticado. Desprezo pelos aspectos ambientais, assimetrias socioespaciais internas e externas, e insuficiência de capital foram alguns dos diagnósticos que logo ganhariam curso. Assim, outras propostas de desenvolvimento passaram a dar maior relevância a preocupações ambientais, culturais e sociais. Mas, “as críticas, embora procedentes, permanecem na superfície e as alternativas não ultrapassavam as restrições materiais e simbólicas do próprio conceito de desenvolvimento” (Theis, 2022, p. 17).

Desenvolvimento é, fundamentalmente, um processo econômico, a contínua expansão das forças produtivas que leva à ininterrupta produção de mercadorias. Por isso, pode ser considerado um processo empiricamente verificável de crescimento econômico, que se presta à mensuração por intermédio de certos indicadores e à análise segundo certo padrão. É um processo que envolve a criação de riquezas com base no consumo de matéria e energia disponíveis na natureza e de força de trabalho disponível em cada ser humano despossuído de meios de produção. De maneira que o desenvolvimento é condicionado pelos limites entrópicos no uso de energia e pelos limites biofísicos no uso de recursos comuns,

bem como pelos limites físicos e morais no uso de força de trabalho (Theis, 2022, p. 17).

As experiências de desenvolvimento no território, cabe lembrar, são desencadeadas pelos "mecanismos" de *acumulação primitiva*[3]. Aliás, trata-se de processos, posto que continuam ocorrendo (Bonefeld, 2001; Brandão, 2010; Holloway, 2022; Lencioni, 2012). Harvey (2006; 2014), inclusive, requalifica a expressão, designando-a de *acumulação por espoliação*. O argumento central é que o capital, acumulado em escala cada vez mais ampliada, continua resultando de processos similares à acumulação primitiva. Essa dinâmica, por um lado, parece garantir a estabilidade ao capitalismo e, por outro, propicia a continuidade da acumulação de capital em larga escala (Theis; Butzke, 2012). Assim, a expressão *acumulação por espoliação* refere-se a processos (parciais) de expropriação já integrados ao processo (mais amplo) de reprodução de capital. São novas formas de exploração das pessoas e da natureza que asseguram a continuidade desse processo, como o avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar, grandes projetos (como hidrelétricas) em terras pertencentes a povos originários, especulação imobiliária, privatização da água, precarização dos direitos trabalhistas, entre outros (Harvey, 2014).

Um olhar atento sobre o território revela várias contradições do desenvolvimento. Por exemplo, a espoliação dos trabalhadores ocorre por meio de: precarização dos direitos, controle de salários, trabalho escravo, destruição de modos de vida tradicionais, superexploração fabril, doenças e acidentes de trabalho. Enquanto o trabalho gera mais riquezas para grupos minoritários da população, para a maioria das pessoas resulta em significativa piora na qualidade de vida. A outra face desse processo de expansão do capital é a "desacumulação" ambiental. A cobertura vegetal original sofreu grande redução nos últimos anos, e a biodiversidade deu lugar a monoculturas. As águas também são degradadas por diversas fontes de contaminação, enquanto avança a mudança climática, aumenta a emissão de gases e se intensifica a extinção de espécies (Zhouri; Laschefski, 2010).

Além dessas implicações, há constantes conflitos pela apropriação e uso dos recursos comuns. Esses conflitos, resultantes de processos econômicos concretos e da acumulação por espoliação, desacumulam o meio ambiente e expropriam pessoas, especialmente populações tradicionais e menos favorecidas do ponto de vista econômico e político. O desenvolvimento regional pode ser visto, então, como uma forma contínua de acumulação primitiva no território, impulsionado pela ininterrupta reprodução da relação capital, alicerçado na mobilização de recursos humanos e naturais, transformando-os em mercadorias. Essa mobilização frequentemente resulta na destruição da natureza, na exploração das pessoas e na expulsão de povos originários (Lasta, 2023).

POPULAÇÕES AFETADAS PELO DESENVOLVIMENTO: RESISTÊNCIA E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA

As contradições sociais e ambientais do processo de desenvolvimento recaem desproporcionalmente sobre as populações tradicionais e menos favorecidas (do ponto de vista econômico e político). Ajudam a ilustrar esse argumento os dados do Mapa de Conflitos, lançado em 2010. O mapa foi construído com base em informações de organizações, ONGs e movimentos sociais, destacando a

resistência e as demandas das populações afetadas, como indígenas, quilombolas, agricultores familiares e trabalhadores urbanos (Mapa de Conflitos, s.d.)

Quadro 1 – Grupos sociais atingidos por conflitos socioambientais no Brasil

Grupo Social	Conflitos (ocorrências)	Principais atividades geradoras dos conflitos	Principais impactos e danos
Agricultores Familiares	211	Disputas pela terra, expansão de monoculturas	Disputas territoriais, impactos ambientais
Povos Originários (Indígenas)	203	Invasão de terras, destruição de ecossistemas	Direitos territoriais, preservação ambiental
População Quilombola	142	Luta pelo reconhecimento de terras tradicionais	Reconhecimento de terras, ameaças econômicas
Pescadores Artesanais	109	Degradação dos ecossistemas aquáticos, barragens	Preservação de recursos hídricos, subsistência
População Ribeirinha	85	Construção de barragens, desmatamento	Impactos hídricos, desmatamento
Extrativistas	80	Mineração e desmatamento, ameaças à subsistência	Preservação ambiental, ameaça à subsistência
Moradores de Periferias e Favelas	78	Falta de infraestrutura, remoções forçadas	Urbanização, direitos à moradia
Assentados da Reforma Agrária	76	Acesso à terra, instabilidade nos assentamentos	Direitos à terra, instabilidade agrícola
Trabalhadores Rurais	71	Condições de trabalho, conflitos pela terra	Exploração econômica, violência no campo
Populações Urbanas	70	Moradia, acesso a serviços básicos, poluição	Urbanização acelerada, planejamento urbano

Fonte: Elaboração própria com base no Mapa de Conflitos (s.d.).

A partir dos dados obtidos no mapa de conflitos, que traz dados cumulativos de 2010 até 2024, pode-se observar um panorama das principais populações atingidas pelos conflitos socioambientais no Brasil. Os números do quadro revelam um cenário de vulnerabilidade e impacto significativo sobre grupos sociais que, historicamente, têm enfrentado desafios socioeconômicos e socioambientais.

Os agricultores familiares são o grupo social mais impactado pelos conflitos socioambientais, aparecendo em 211 ocorrências. Estas pessoas são frequentemente afetadas por conflitos relacionados ao uso da terra, pela expansão de monoculturas e outras práticas agrícolas que ameaçam sua subsistência e modo de vida tradicional. A pressão sobre suas terras é um tema recorrente nas disputas territoriais e socioambientais. Em seguida têm-se os povos originários (indígenas), com 203 conflitos relacionados à invasão de suas terras, a exploração da natureza e a falta de reconhecimento de seus direitos territoriais.

Estes conflitos muitas vezes resultam em danos socioambientais significativos e na destruição de ecossistemas que são vitais para sua sobrevivência.

A população quilombola ocupa o terceiro lugar (142 menções) e os conflitos geralmente envolvem a luta pelo reconhecimento de terras tradicionais. A expansão agrícola, a mineração e outras atividades econômicas ameaçam seus territórios. Em quarto lugar estão os pescadores artesanais, envolvidos em 109 conflitos relacionados à degradação dos ecossistemas aquáticos, como a poluição hídrica e a construção de barragens, que afetam diretamente suas fontes de sustento. Além disso, o avanço da pesca industrial e outras atividades econômicas também representam uma ameaça constante a este grupo social.

A população ribeirinha é a quinta mais afetada e enfrenta principalmente conflitos relacionados à construção de barragens e ao desmatamento. Essas atividades impactam diretamente o modo de vida dos ribeirinhos, alterando regimes hídricos e destruindo habitats essenciais para sua sobrevivência. Os extrativistas são mencionados em outros 80 conflitos e, como dependem da coleta de produtos naturais para sua subsistência, são frequentemente atingidos por atividades como a mineração e o desmatamento, que destroem as áreas próprias à sua subsistência.

Em seguida, o grupo social urbano, composto pelos moradores de periferias, ocupações e de favelas enfrenta conflitos (78 menções) ligados à falta de infraestrutura, a remoções forçadas e outras questões urbanísticas que resultam de políticas públicas inadequadas e da especulação imobiliária. Os assentados da reforma agrária (76 menções) enfrentam problemas relacionados ao acesso à terra, muitas vezes envolvendo disputas com grandes proprietários rurais ou empresas. A falta de apoio estatal para a consolidação dos assentamentos também é um fator de instabilidade.

Alinham-se aos assentados e aos agricultores familiares (já citados) os trabalhadores rurais (71 menções). Este grupo social lida com conflitos decorrentes das condições de trabalho, pressão por terras e, em alguns casos, situações de trabalho análogo à escravidão. A exploração econômica e a violência no campo são questões comuns enfrentadas por esses trabalhadores. Em décimo lugar, com 70 menções ligadas a conflitos socioambientais estão as populações de áreas urbanas envolvidas em embates que incluem questões de moradia, acesso a serviços básicos e problemas de poluição ambiental. A rápida urbanização e a falta de planejamento urbano exacerbam esses conflitos.

Esta breve análise mostra que as experiências hegemônicas de desenvolvimento regional no Brasil vêm espoliando pessoas e natureza, já que tem como característica intrínseca a reprodução (em escala cada vez mais ampliada) dos mecanismos da acumulação primitiva de capital. Agricultores familiares, povos originários, quilombolas e pescadores artesanais, entre outros, estão na linha de frente dos conflitos socioambientais, enfrentando a pressão sobre suas terras, a degradação de ecossistemas e a negação de seus direitos territoriais.

Esse cenário aponta para a possibilidade da construção de alternativas baseadas em autonomia (Pereira et al., 2024), para além do desenvolvimento regional. Afinal, as populações mais afetadas têm atualmente (e tiveram no passado) criado resistência, buscando formas alternativas de se relacionar entre si e com a natureza. A resistência e as demandas desses grupos sociais permitem vislumbrar alternativas baseadas em cooperação, dignidade, democracia e respeito às pessoas e aos demais seres vivos.

Enquanto o desenvolvimento regional, tal como se o conhece, privilegia a acumulação de capital e a subordinação das forças de trabalho e da natureza àquele propósito, os grupos sociais descritos anteriormente (e diversos outros ao redor do mundo) têm se organizado para desafiar essa lógica e construir novas possibilidades de organização social. Essas formas de resistência, longe de serem reações passivas, representam iniciativas ativas que buscam criar alternativas sociais, políticas e econômicas mais justas (Lasta, 2023; Silva et al., 2024).

Vários são os exemplos de grupos sociais que fazem resistência às experiências hegemônicas de desenvolvimento e buscam criar alternativas viáveis. Dentre eles, os Zapatistas, no México, que organizaram os Caracoles e os Conselhos de Bom Governo como formas de auto-organização e funcionam fora do controle do Estado mexicano. Os Zapatistas adotaram uma postura de "negatividade prática" em relação ao Estado, recusando-se a participar das instituições estatais ou a aceitar sua autoridade. Mais importante: optaram por não buscar a tomada do poder estatal, mas construir uma nova forma de organização social e política que seja completamente independente do Estado. Essa estratégia desafia a ideia de que a mudança social significativa só pode ocorrer através das instituições estatais e oferece uma alternativa real, baseada na autonomia e na autossuficiência (Böhm, Dinerstein e Spicer, 2010).

Outros exemplos de destaque são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil e as fábricas ocupadas na Argentina, que exemplificam a resistência através da autogestão. Ao tomar o controle da produção e criar cooperativas, esses grupos sociais desafiam as "estruturas" capitalistas tradicionais, baseadas na exploração do trabalho e na acumulação de capital. Ao invés disso, promovem modelos de economia solidária, onde os recursos e os lucros são distribuídos de maneira mais equitativa, priorizando o bem-estar da comunidade (Oliveira et al., 2018; Santos, 2023).

Outra experiência significativa é a resistência do movimento La Via Campesina diante das práticas agrícolas intensivas, caracterizadas pela marginalização dos pequenos agricultores e pela degradação do meio ambiente. Ao promoverem a soberania alimentar e defenderem práticas agrícolas tradicionais, esses grupos sociais resistem à globalização neoliberal, que favorece grandes corporações e políticas de livre mercado. Eles também buscam preservar e valorizar o conhecimento local e as culturas tradicionais, que muitas vezes são ameaçadas por projetos de desenvolvimento hegemônicos (Böhm, Dinerstein e Spicer, 2010).

Grupos de resistência também se manifestam através de protestos, ocupações e outras formas de ação direta para desafiar as políticas neoliberais que promovem a privatização, a desregulamentação e a redução dos gastos sociais do Estado de Bem-estar. Essas ações buscam interromper a implementação de políticas que favorecem o capital em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente.

Essas formas de resistência visam não apenas contestar o *status quo*, mas também construir alternativas mais justas, democráticas e inclusivas de organização social. Ao fazê-lo, esses grupos sociais desafiam a dominação do capital e do Estado, promovendo uma visão de mundo que valoriza a justiça social, a igualdade, a dignidade, a democracia e o respeito às pessoas e aos demais seres vivos.

AS EXPERIÊNCIAS DAS POPULAÇÕES SUBALTERNIZADAS

Os exemplos das populações afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento evidenciam que estes processos têm privilegiado a reprodução ampliada do capital nas regiões, enquanto os problemas, sociais e ambientais, têm recaído sobre os grupos sociais mais vulneráveis. Por isso, pensar alternativas, em outros modos de vida possíveis, implica necessariamente entender o que pensam essas populações.

Em sua análise da história, Walter Benjamin vai ao encontro desse pressuposto ao sugerir que é preciso "escovar a história a contrapelo", isto é, a partir do ponto de vista dos "vencidos e vencidas". Neste caso, são as populações que mais sofrem com o processo de desenvolvimento. Trata-se de recontar a história que, desde esta perspectiva, deixa de lado a identificação com os "heróis oficiais", com as maravilhas do progresso industrial e, em consequência, com o modelo de sociedade construído a partir de seus pressupostos. Neste sentido, faz-se necessário levar em conta os povos originários, as populações tradicionais, os trabalhadores e trabalhadoras exploradas, os movimentos de luta, os esquecidos e esquecidas (Benjamin, 1991; Löwy, 2002; Löwy, 2005; Löwy, 2011).

Como hipótese sugerida anteriormente, é justamente nos "vencidos" e "vencidas" (do passado e do presente) que residem as esperanças para um processo de mudança e transformação da realidade social. De maneira concreta, são os trabalhadores e trabalhadoras que, no cotidiano das fábricas, enfrentam a exploração; são os povos originários e outras populações tradicionais que resistem com base em seus modos de vida; e são os movimentos sociais e populares, tanto rurais quanto urbanos, que levantam suas bandeiras de luta. Em suma, a esperança se encontra em todos aqueles e aquelas que, no passado e no presente, continuam a resistir e a combater as experiências hegemônicas de desenvolvimento, que explora tanto os seres humanos quanto a natureza (Strelow, 2014).

Objetivamente, por que é importante levar em conta as formas de resistência das populações que mais sofrem com o processo de desenvolvimento para a construção de alternativas? Este exercício permite acessar dimensões da realidade social que permanecem invisibilizadas nas narrativas institucionais, muitas vezes construídas a partir do ponto de vista das classes dominantes. Walter Benjamin (1991) sustenta que a compreensão crítica da história só é possível quando se toma como referência a experiência histórica dos vencidos, uma vez que é nesses sujeitos que se inscrevem, de maneira mais evidente, os traços das lutas sociais. A recuperação dessas experiências não apenas desestabiliza leituras lineares e triunfalistas da história, mas também ajuda a entender as dinâmicas de poder que continuam a operar no presente, oferecendo uma base para a resistência e a mudança social.

Além disso, as práticas das populações subalternizadas oferecem uma visão alternativa que questiona a lógica hegemônica e expõem as injustiças cometidas em nome do desenvolvimento. Os movimentos sociais autônomos que surgem das margens tendem a apontar para novas formas de organização política, econômica e social. Essas alternativas podem oferecer caminhos de maior autonomia e autodeterminação social, à medida que negam a realidade marcada pela exploração de seres humanos e da natureza e dão lugar a novas modalidades de relações sociais. Por isso, configuram movimentos de esperança (Böhm, Dinerstein e Spicer, 2010).

Os movimentos de esperança têm em comum a busca pela autonomia, pela autodeterminação, pela emancipação. Este talvez seja o principal motivo pelo qual cabe levar em consideração os modos de resistência das populações que mais sofrem com as experiências hegemônicas de desenvolvimento. Ou seja, tais populações, como autênticos movimentos de esperança, denunciam, com suas práticas cotidianas de resistência, as contradições dos projetos de desenvolvimento hegemônicos e desafiam a lógica de reprodução do capital. O ato de negar a exploração impulsiona os movimentos de esperança a construírem modalidades alternativas de relações entre as pessoas e a natureza. "Autonomia não significa uma forma melhor de fazer desenvolvimento, ou desenvolvimento regional, nem mesmo abrir espaço para outro desenvolvimento; na realidade, é uma crítica que permite *pensar e fazer além do desenvolvimento regional*" (Lasta, 2023, p. 145).

AUTONOMIA E FUTUROS ALTERNATIVOS

A resistência das populações subalternizadas revela as contradições das experiências hegemônicas de desenvolvimento e mostra que elas não apenas sofrem com as consequências do progresso capitalista, mas também se posicionam como atores fundamentais na criação de novas possibilidades de organização social. É nesse contexto que se insere a discussão sobre autonomia e autodeterminação social.

A resistência ativa contra as injustiças sociais, em um "grito" de negação ao sistema opressor, é de extrema importância. Esse "grito" representa a rejeição de atrocidades como a violência, a fome e a desigualdade – e a busca por formas alternativas de organização social. A verdadeira mudança reside na retomada do "poder-fazer" das pessoas, promovendo a criação de práticas autônomas que transcendam o capitalismo, impulsionando novas formas de resistência e transformação social (Holloway, 2003).

Com relação à autonomia: negação, criação, contradição e excesso são todas características das práticas autônomas, e a maioria das teorizações existentes sobre a autonomia tende a enfatizar uma ou duas dessas dimensões, criando assim um quadro fragmentado da luta por autonomia. Frequentemente, a autonomia é vista como uma prática de negação (ou seja, rejeição das "estruturas" de poder); ou como uma força criativa que possibilita a construção de novos mundos através da imaginação política; ou, em alguns casos, como um processo contraditório que envolve uma relação de confronto com o Estado, o capital, a lei e a política, indo além dessas instituições e desencadeando ações que não podem ser completamente submetidas ao controle de algum poder concentrado – como o próprio Estado (Dinerstein, 2015).

O conceito de autonomia pode ser entendido como um conjunto de práticas e demandas que envolvem a autodeterminação e a auto-organização em relação ao capital, ao Estado e às formas hegemônicas de desenvolvimento. No contexto dos movimentos sociais, a autonomia é frequentemente associada à rejeição das "estruturas" de poder estabelecidas, como o capitalismo e o Estado, e à busca por formas alternativas de organização social que sejam independentes dessas instituições.

Há três concepções de autonomia principais: (1) práticas autônomas em relação ao capital, enfatizando a "autovalorização do trabalho"; (2) autodeterminação e independência do Estado; e (3) alternativas aos discursos

hegemônicos de desenvolvimento, que envolvem a preservação de formas locais de conhecimento e modos de vida que resistem à dominação colonial. Autonomia, portanto, não é apenas uma questão de independência, mas um processo relacional, dinâmico e, frequentemente, contraditório, em que as demandas por autonomia coexistem com os desafios e limitações impostos pelas “estruturas” de poder dominantes (Böhm, Dinerstein, Spicer, 2010).

A autonomia não pode ser completamente alcançada. Isso ocorre porque o capital, o Estado e os discursos de desenvolvimento buscam continuamente "recuperar" a autonomia e fazê-la funcionar para seus próprios propósitos. No entanto, as práticas autônomas raramente são completamente capturadas pelo capital. Isso significa que elas continuam a produzir possibilidades de resistência e mudança social.

A capacidade de ação direta e a autonomia são os fundamentos para a contestação e superação do desenvolvimento capitalista. A autonomia é uma ferramenta crucial para a transformação social e a busca pela emancipação. Especialmente nas modalidades coletivas e populares, a autonomia é essencial para desafiar e superar as “estruturas” de poder opressivas e as desigualdades inerentes ao capitalismo. Assim, as formas de resistência emergem como possibilidades concretas de mudança, oferecendo caminhos para a construção de modos alternativos de organização social (Holloway, 2003; Dinerstein, 2015; Böhm; Dinerstein; Spicer, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar, com base na perspectiva dialética, por meio da qual se podem captar as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, como as populações subalternizadas, afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento, podem contribuir para a construção de formas alternativas de organização social.

As experiências hegemônicas de desenvolvimento estão centradas na acumulação de capital e na exploração das pessoas e da natureza. Esse processo ignora as necessidades e os direitos de populações tradicionais, que têm seus modos de vida profundamente afetados pela lógica capitalista. A exploração da terra, a degradação ambiental e a violação de direitos são traços marcantes desse processo, indicando a urgência de se pensar e criar alternativas.

As populações subalternizadas – os povos originários, os quilombolas, os pescadores artesanais e os trabalhadores do campo e da cidade – são aquelas que mais têm sofrido com o avanço do capital no território. Como se viu, ao se “escovar a história a contrapelo” (Benjamin 1991), constata-se que elas têm sido “vencidas” até aqui. Mas, ao examinar-se as experiências de resistência dessas populações, é possível deparar-se com novas formas de organização social. Essas práticas, frequentemente silenciadas pelos mecanismos de poder hegemônico, são fundamentais para questionar as narrativas dominantes que justificam a exploração e as desigualdades. Assim se torna possível construir alternativas ao desenvolvimento que sejam pautadas por maior autonomia e autodeterminação social, à medida que negam a realidade marcada pela exploração de seres humanos e da natureza e criam novas formas de relações sociais (Theis et al., 2017).

De diversas maneiras e em diferentes lugares, populações subalternizadas têm se organizado para enfrentar as opressões impostas pelas formas

hegemônicas de desenvolvimento. Através da autogestão, organização comunitária, cooperação, respeito às pessoas e à natureza, esses grupos sociais desafiam diretamente as “estruturas” de poder. Essas práticas não são apenas reativas, mas desencadeiam novas possibilidades de organização social e política. É assim que configuram autênticos movimentos de esperança.

As populações mais afetadas pelas experiências hegemônicas de desenvolvimento podem indicar alternativas viáveis para uma organização social mais justa. Suas formas de resistência oferecem subsídios para pensar, coletivamente, modos de vida que levem em consideração as pessoas e a natureza. Recomenda-se que, em pesquisas futuras, se aprofunde a análise de casos específicos de resistência, apontando para um outro mundo que já é possível.

Regional development and social organization based on subalternised populations in Brazil

ABSTRACT

The aim of this article is to analyse how the forms of organisation of subaltern populations, most affected by hegemonic development experiences, can contribute to the construction of alternative forms of social organisation. The study is centred on examining the contradictions inherent in hegemonic development experiences, proper to the process of capitalist accumulation, in the exploitation of nature and human beings. To this end, dialectics is used. Based on a bibliographical review, the data extracted from the Conflict Map was analysed. The forms of resistance of the populations that suffer most from the process of capitalist development can offer paths to greater autonomy and social self-determination as they deny the reality marked by the exploitation of human beings and nature and create new forms of social organisation. The forms of resistance of these social groups offer evidence that another world is possible.

KEYWORDS: Alternative futures. Brazil. Regional development. Social self-determination. Subalternised populations.

NOTAS

[1] Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VII Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – SEDRES, em setembro de 2024, em Florianópolis.

[2] Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

[3] O conceito de acumulação primitiva foi desenvolvido por Marx, no famoso capítulo XXIV de *O Capital*. Dois pontos merecem destaque: primeiro, que a acumulação primitiva é um processo histórico e, portanto, envolve um conjunto de ações, de mecanismos, que se sucedem no tempo. Segundo, e talvez mais importante, este processo não é resultado do modo capitalista de produção, mas seu ponto de partida (MARX, [1867] 1985, p. 262).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. “Über den Begriff der Geschichte”. In: TIEDEMANN, R.; SCHWEPPENHÄUSER, H. (Org.) **Walter Benjamin**: gesammelte Schriften. Frankfurt a.m.: Suhrkamp, p. 691-704, 1991.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BHASKAR, Roy. **Dialectic**: the pulse of freedom. Abingdon; New York: Routledge, 2008.

BÖHM, Steffen; DINERSTEIN, Ana C.; SPICER, André. (Im)possibilities of autonomy: social movements in and beyond capital, the state and development. **Social Movement Studies**, v. 9, n. 1, p. 17-32, 2010. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/15568/>. Acesso em: 23/08/2024.

BONEFELD, Werner. The permanence of primitive accumulation: commodity fetishism and social constitution. **The Commoner**, n. 2, 2001. p. 1-15.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIRA, A. W. B. et al. (Org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais:** fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, p.39-69, 2010.

CLEAVER, Harry. **Rupturing the dialectic**: the struggle against work, money, and financialization. Chico/CA; Edinburgh: AK Press, 2017.

DINERSTEIN, Ana Cecília. **The Politics of Autonomy in Latin America:** the art of organizing hope in he twenty-first century. 1.ed. Palgrave Macmillan, 2015.

FALS BORDA, Orlando. “La crisis, el compromiso y la ciencia”. In: MONCAYO, Víctor Manuel (Org.) **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Ciudad de Buenos Aires: CLACSO, p. 219-252, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 8ª Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo.** Tradução de Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder.** São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

HOLLOWAY, John. **Hope in Hopeless Times.** London, UK, & Las Vegas, NV: Pluto Press, 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. C. Neves; A. Toríbio. 7 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2002.

LASTA, Tatiane Thais. **Desenvolvimento regional no Brasil:** formação do território, resistência dos subalternizados e autodeterminação social. 2023. 169 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2023. Disponível em: <http://bu.furb.br/docs/TE/2023/370284_1_1.pdf. Acesso em: 6/09/2024>.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Revista franco – brasileira de geografia** [Confins - Online]. Vol.14, 2012.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos avançados**. Nº 16 (45), 2002

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005. Tradução de: Walter Benjamin: avertissement d'incendie: une lecture des thèses "Sur le concept d'histoire".

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Lutas sociais**. São Paulo, nº 25/26, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. P. 20 – 28.

MAPA DE CONFLITOS. **Mapa de conflitos:** injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em 20/08/2024.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 1v. Tomo 2 (Os economistas). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Okonomie.

OLIVEIRA, Thais Cristina Souza; ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 32, p. 38-59, 2018.

PEREIRA, Victor Marques; MACHADO, Maria Lúcia Teixeira; OLIVEIRA, Letícia Dal Picolo Dal Secco de. Contribuições das metodologias ativas para o desenvolvimento da autonomia: interlocuções entre a pedagogia freireana e a educação CTS. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 20, n. 62, p. 125-144, 2024.

SANTOS, Raqueline da Silva. **O movimento dos trabalhadores rurais sem terra na luta pela diminuição das desigualdades regionais:** utopia concreta. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2023. Disponível em: <https://bu.furb.br/docs/TE/2023/369838_1_1.pdf>. Acesso em: 27/02/2025.

DA SILVA, Cristiane Aparecida; SILVA, Vanessa de Souza; CARMO, Gisleine do. Grassroots innovation: universidades e comunidades construindo alternativas ao desenvolvimento. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 20, n. 60, p. 154-172, 2024.

STRELOW, Daniel Rodrigo. **O desenvolvimento de Santa Catarina a contrapelo:** uma investigação das implicações sociais e ambientais do processo de expansão geográfica do capital no período recente. 2016. 151 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/DS/2016/361517_1_1.pdf>. Acesso em: 6/09/2024.

THEIS, Ivo Marcos. Será possível continuar falando em desenvolvimento no século XXI? In: THEIS, Ivo Marcos (Org.). **Desenvolvimento e território:** questões teóricas, evidências empíricas. 1. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2008. p.2 52 - 275.

THEIS, Ivo Marcos. Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de Desenvolvimento Regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, e202224pt, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202224pt>. Acesso em 10/11/2024.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: GALVÃO, Andreia et al. (org.) **Capitalismo:** crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, p. 83-110, 2012.

THEIS, Ivo Marcos; STRELOW, Daniel R.; LASTA, Tatiane T. CT&I e desenvolvimento desigual no Brasil: é possível outro "modelo de desenvolvimento"? **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 13, n. 27, p. 43–61, 2017.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHFKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: editora UFMG, p. 11-31, 2010.

Recebido **19/10/202**
Aprovado: **30/07/2025**
DOI: 10.3895/rts.v21n65.20290

Como citar:

OLIVEIRA, Anielle Gonçalves; STRELOW, Daniel Rodrigo; THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento regional e organização social a partir das populações subalternizadas no Brasil.

Rev. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 21, n. 65, p.19-34, jul./set., 2025. Disponível em:

https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/20290

Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.